

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

PROCESSO N.º CP001/2024

Aquisição de serviços de alojamento para formandos deslocados, em regime de exclusividade, dos cursos profissionais de Escola Profissional de Felgueiras para o ano letivo de 2024/2025

Disposições Gerais

Artigo 1º Objeto

O presente concurso tem por objeto a Aquisição de serviços de alojamento para formandos deslocados, em regime de exclusividade, dos cursos profissionais de Escola Profissional de Felgueiras para o ano letivo de 2024/2025, à EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda entidade proprietária do estabelecimento de ensino “Escola Profissional de Felgueiras”.

Os concorrentes terão de apresentar uma proposta do serviço à entidade adjudicante para Aquisição de serviços de alojamento para formandos deslocados, em regime de exclusividade, dos cursos profissionais de Escola Profissional de Felgueiras para o ano letivo de 2024/2025, de acordo com as especificações descritas no Caderno de Encargos.

Artigo 2º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda pessoa coletiva nº 504 575 848 com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários de Felgueiras nº 104 - 4610-165 Margaride - Felgueiras, tel. nº +351 255312482, fax nº +351 255312419, [email: epf@epfelgueiras.pt](mailto:epf@epfelgueiras.pt).

Artigo 3º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar e de autorização de despesa foi tomada no uso das suas competências próprias pela Gerência da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda.

Artigo 4º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri do Procedimento.

Artigo 5º

Consulta e disponibilização das Peças do Procedimento

1. As peças do concurso estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública, ACINGOV, acessível através do sítio eletrónico desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite ao fornecedor a possibilidade de pesquisar e aceder aos procedimentos disponibilizados na plataforma eletrónica. O fornecedor poderá ainda submeter propostas/candidaturas/soluções aos procedimentos disponibilizados.

Artigo 6º

Esclarecimento e retificação das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas (indicado no artigo 9º do presente programa), à entidade adjudicante
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos prestados e as retificações de erros ou omissões efetuadas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, junto das peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido serem imediatamente notificados desse facto, de acordo com o artigo 50º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 7º

Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

Artigo 8º

Preço base

1. O preço base do procedimento é de 46.120,80€ (quarenta e seis mil cento de vinte euros e oitenta centimos), valor a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base constante no número anterior corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar.
3. O preço base encontra-se distribuído por lotes, nomeadamente:
 - a. Lote 1 – Alojamento para 9 estudantes – Preço Base: 20.754,36 € (Vinte mil setecentos e cinquenta e quatro euros e trinta e seis centimos)
 - b. Lote 2 - Alojamento para 8 estudantes – Preço Base: 18.448,32 € (dezoito mil quatrocentos e quarenta e oito euros e trinta e dois centimos)
 - c. Lote 3 – Alojamento para 3 estudantes – Preço Base: 6.918,12 € (seis mil novecentos e dezoito euros e doze centimos)
4. Os valores apresentados por lote poderão sofrer alterações, nomeadamente se houver diminuição de formandos/as por desistência ou abandono ou aumento de formandos/as, sendo previamente comunicado.

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO CP001/2024

5. Caso aconteça a situação descrita no ponto anterior haverá sempre uma comunicação prévia, descrevendo a situação com um mês de antecedência, procedendo-se ao ajuste nos termos do CCP.

Artigo 9º

Prazo e modo de apresentação das Propostas

1. A proposta deve ser apresentada até às 23h59m do 5º dia a contar da data de envio do presente anúncio.
2. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através da plataforma de eletrónica ACINGOV acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, disponibilizada pela empresa Acin iCloud Solutions, Lda.
3. Os documentos que constituem a proposta serão redigidos em língua portuguesa.
4. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos que associarem à proposta.

Artigo 10º

Prazo de manutenção das Propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 11º

Prazo de vigência do contrato

O contrato terá uma duração correspondente ao ano letivo 2024/2025, iniciando a 01 de setembro de 2024 a 31 de agosto de 2025, sem prejuízo das obrigações acessórias que possam perdurar para além da cessação do contrato

Artigo 12º

Documentos que constituem a proposta

A proposta será instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com modelo constante do Anexo I do Código dos Contratos Públicos (Anexo I);
- b) Proposta conforme minuta de proposta (Anexo II) com os seguintes itens:
 - a. Valor mensal (excluindo IVA) – **deve sempre identificar o lote a que se refere**
 - b. Valor total (excluindo IVA) – **deve sempre identificar o lote a que se refere**
 - c. Identificação da morada completa das instalações do alojamento de modo a ser fácil a sua localização para efeitos do cumprimento da distância para a sede da entidade adjudicante. – **deve sempre identificar o lote a que se refere**

Artigo 13º

Critério de adjudicação

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO CP001/2024

1. A adjudicação por lote será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, após aplicação dos seguintes fatores com a respetiva ponderação a seguir mencionados.
2. Avaliação Final (AF) - A pontuação final é obtida tendo em consideração os fatores: *Avaliação do preço da proposta* e *Avaliação de proximidade* de acordo com as seguintes ponderações, arredondado às centésimas:

Avaliação do preço da proposta	60%
Avaliação de proximidade	40%

- a) Avaliação do Preço da Proposta (A_{vp}) – O peso na Avaliação Final é de 60% e será avaliado tendo em conta o valor global indicado na proposta, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$A_{vp} = 5 - ((P_p / P_b) * 4) \longrightarrow (\text{ARRENDONDADO ÀS MILÉSIMAS})$$

A_{vp} = Avaliação do Preço da Proposta por lote

P_p = Preço proposta por lote

P_b = Preço base por lote

- b) Avaliação da proximidade – O peso na Avaliação Final é de 40% e será avaliado de acordo com a aplicação da seguinte tabela:

Distância entre a Escola Profissional de Felgueiras e instalações do alojamento

≤ 250 metros	10 pontos
> 250 metros e ≤ 500 metros	6 pontos
> 500 metros e ≤ 750 metros	3 pontos
> 750 metros e ≤ 1000 metros	1 ponto

Artigo 15º

Critérios de desempate na avaliação das propostas

1. Em caso de empate, prevalece a proposta que apresente a menor preço.
2. Em caso de empate, prevalece a proposta que apresente a menor distância das instalações do alojamento até à sede da entidade adjudicante

Artigo 16º

Avaliação das Propostas

1. As propostas são avaliadas nos termos do nº 1 do artigo 70º do Código dos Contratos Públicos.
2. As propostas são excluídas nos termos do nº 2 do artigo 70º do Código dos Contratos Públicos.
3. Durante o processo de análise das propostas o júri realizará uma visita às instalações a utilizar no âmbito deste procedimento.

Artigo 17º

Relatório preliminar

O relatório preliminar será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado o prazo de 5 dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 18º

Adjudicação

1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
2. Depois de tomada a decisão de adjudicação, por parte da EPF, a mesma será notificada aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 19º

Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV no prazo de 5 dias após notificação da adjudicação, sob pena da adjudicação caducar, reprodução dos seguintes documentos:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações prevista nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - c. Certidão do Registo Comercial, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor, nomeadamente a forma de obrigar o adjudicatário e o Registo do Beneficiário Efetivo;
 - d. Quando os documentos a que se referem as alíneas b), c) se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 - e. Documento comprovativo da propriedade das instalações a utilizar neste procedimento ou contrato promessa de arrendamento das mesmas ou similar, em vigor para o período referido no artigo 11.º do presente Programa de Procedimento
2. Para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto do artigo 86º do CCP, o adjudicatário dispõe de 2 dias, após notificação da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda
3. No caso de a plataforma eletrónica utilizada pela EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M.,

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO CP001/2024

Unipessoal, Lda, se encontrar indisponível, os documentos de habilitação deverão ser enviados para o seguinte endereço de correio eletrónico: epf@epfelgueiras.pt

**Artigo 20º
Caução**

Não é exigida a prestação de caução

**Artigo 21º
Celebração do Contrato**

1. A minuta do contrato a celebrar é enviada, para aceitação ao adjudicatário, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
2. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade de consórcio.
3. As despesas com a celebração do contrato são da conta do adjudicatário.

**Artigo 23º
Consulta da Lista dos Candidatos e Consulta da Proposta**

1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das candidaturas, será disponibilizada através da plataforma ACINGOV a lista de candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.
2. Os candidatos poderão consultar a lista referida no ponto anterior bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes na sua área de trabalho depois de efetuarem o “Login” introduzindo o nome de utilizador e palavra-chave.

**Artigo 24º
Legislação aplicável**

Em tudo quanto for omissa no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua versão mais recente, e restante legislação aplicável.